

Em 01º de junho de 2017.

Assunto: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados – Avaliação do cumprimento de metas e compromissos do exercício de 2016 da 13ª revisão do Programa do Distrito Federal relativa ao período 2016-2018.

1. O Programa do Distrito Federal foi assinado em 20 de dezembro de 2016, constituindo parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99 STN/COAFI, firmado entre a União e o Distrito Federal, no âmbito da Lei nº 9.496/97. O Programa, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, estabeleceu a avaliação anual do cumprimento de metas e compromissos.
2. A avaliação do cumprimento das metas e compromissos é realizada pela comparação das metas e compromissos estabelecidos (conforme definido no Termo de Entendimento Técnico – TET) com os resultados apresentados pelo Distrito Federal.
3. As informações utilizadas para avaliação foram extraídas dos documentos solicitados no Programa de Trabalho do exercício avaliado, dos demonstrativos de estoque da dívida da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), do relatório sobre o cumprimento de metas encaminhado pelo Distrito Federal à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Apesar de solicitado no item 1.2 do Programa de Trabalho, o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado não foi encaminhado.
4. Como resultado da avaliação, relacionam-se a seguir as metas estabelecidas para o ano de 2016, os resultados alcançados e as conclusões quanto ao seu cumprimento:



META 1: RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

META ESTABELECIDA (AJUSTADA)	RESULTADO ALCANÇADO
$\leq 1,00$	0,22

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.**META 2: RESULTADO PRIMÁRIO**

R\$ MILHÕES

META ESTABELECIDA	RESULTADO ALCANÇADO
(628)	(486)

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.**META 3: RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

%

META ESTABELECIDA	RESULTADO ALCANÇADO
$\leq 60,00$	56,78

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.**META 4: RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

R\$ MILHÕES

META ESTABELECIDA	RESULTADO ALCANÇADO
13.218	13.418

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.**META 5: REFORMA DO ESTADO**

META ESTABELECIDA	RESULTADO ALCANÇADO
RESTRITA A COMPROMISSOS DESCRITOS ADIANTE	

O Distrito Federal **NÃO CUMPRIU** a Meta.**META 6: RELAÇÃO INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

%

META ESTABELECIDA	RESULTADO ALCANÇADO
5,20	4,58

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.

Handwritten signatures and initials:
 CWO, A, 2, and a signature.

5. Para a meta 5, foram estabelecidos os seguintes compromissos, os quais foram avaliados como cumpridos:

- manter atualizado SICONFI, de acordo com os normativos vigentes;
- manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 36.879, de 17 de novembro de 2015;
- encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas, de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015; e
- divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. Ainda quanto à meta 5, o compromisso relacionado a seguir foi avaliado como não cumprido:

- limitar as outras despesas correntes ao percentual da RLR de 43,65% em 2016.

7. Os compromissos a seguir não foram avaliados em 2016, uma vez que o Distrito Federal poderá executá-los até o fim da vigência do Programa:

- ampliar a estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Distrital para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:
 - ✓ a observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013;
 - ✓ a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Distrito Federal – GTCON – destinado a manter diálogo permanente com os responsáveis pela gestão contábil dos órgãos e entidades distritais, de forma a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Distrito Federal;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil;

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten initials

- ✓ o envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, no padrão definido em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - ✓ a observância dos padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União por meio do Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010 nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
 - ✓ a observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF;
 - ✓ a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
 - ✓ a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e
 - ✓ a observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS
- implementar sistema de custos que:
 - ✓ permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
 - ✓ permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública distrital; e
 - ✓ forneça informação comparável com outras unidades da federação.

8. No que se refere à avaliação do cumprimento dos demais compromissos definidos no Programa para 2016, adotou-se o disposto no Parecer PGFN/CAF/ nº 1.769/01, cujo entendimento é de que, caso exista no Programa uma meta numericamente quantificada e esta tenha sido cumprida, os possíveis compromissos existentes em relação a esta meta prescindem de análise, uma vez que o Distrito Federal teria atingido o objetivo central da meta. Sendo assim, dado que os demais compromissos estabelecidos estavam vinculados a uma meta quantificada avaliada como cumprida, os mesmos não foram analisados.

9. Conforme o §5º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “a Secretaria do Tesouro Nacional avaliará preliminarmente, até 30 de junho do exercício subsequente ao exercício avaliado, se estão sendo cumpridas as metas ou compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.”

10. Segundo o Termo de Entendimento Técnico, “a partir de 30 de junho de cada ano, com base nas informações extraídas do Balanço e demais documentos que subsidiam o processo de avaliação preliminar, havendo indicações decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas de que houve o descumprimento das metas 1 ou 2 o Estado não terá a sua adimplência em relação às metas ou compromissos atestados pela Secretaria do Tesouro Nacional, enquanto persistirem os efeitos dessa avaliação.”

11. Considerando ainda o disposto no §8º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “decorridos 120 (cento e vinte) dias da comunicação ao Estado acerca do resultado desta avaliação e desde que não haja fatos supervenientes contrários àqueles aqui considerados, esta avaliação será considerada definitiva.”

[Handwritten signatures and initials in blue ink]


12. Nos termos do §7º do art. 16 do referido Decreto, *“a avaliação preliminar que conclua pelo descumprimento das metas e compromissos, nos termos do §6º, poderá ser revista pelo Ministro de Estado da Fazenda, para todos os efeitos, após apresentação de justificativa fundamentada pelo Estado ou Distrito Federal interessado.”*

13. Considerando o disposto no art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70/01, com redação dada pela Lei nº 10.661/03, e na cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento da Dívida nº 003/99, firmado entre a União e o Distrito Federal, no âmbito da Lei nº 9.496/97, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento da meta 5, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Distrito Federal seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2016. Se de acordo, sugerimos a expedição de ofício da Senhora Secretária do Tesouro Nacional ao Senhor Governador do Distrito Federal comunicando o resultado da avaliação.

14. Anexo a esta Nota é apresentado o detalhamento quanto à apuração das metas, resultados alcançados e planilhas demonstrativas.

À consideração superior.


CRISTINA MONTEIRO DE QUEIROZ
Auditora Federal de Finanças e Controle


LÍLIAN MARIA CORDEIRO
Gerente da GERES II

À consideração da Senhora Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais.

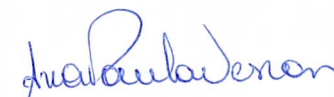

SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI
Coordenadora da COREM


LEONARDO LOBO PIRES
Coordenador-Geral da COREM

À consideração da Senhora Secretária do Tesouro Nacional.


PRICILLA MARIA SANTANA
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais

De acordo.


ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional

ANEXO À NOTA Nº93/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. A avaliação do cumprimento das metas e compromissos é efetuada anualmente e são utilizados os mesmos procedimentos adotados para a sua elaboração.
2. Conforme o TET, à exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não há qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros observados, salvo por erro material. Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita são consideradas fixas quando comparadas com o resultado alcançado.
3. Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado na avaliação do cumprimento de metas e compromissos constantes no Programa é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

CMB PA
Ubaule

META 1: RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
≤ 1,00	≤ 1,00	0,22	0,22

META ESTABELECIDADA

1. O valor da dívida financeira projetado para o exercício de 2016 foi de R\$ 4.089 milhões a preços de 31 de dezembro de 2015.
2. O valor projetado da receita líquida real (RLR) para o exercício de 2016, conforme quadro a seguir, foi de R\$ 15.603 milhões, a preços de dezembro de 2015, tomando como base o valor realizado do IPCA – número índice de dezembro de 2015 e o valor projetado do IPCA – número índice médio de 2016.

Discriminação	Meta sem ajuste (b) = (a)x(c)/(d)
RLR a preços correntes (a)	R\$ 16.296 milhões
RLR a preços de dezembro de 2015(b)	R\$ 15.603 milhões
IPCA – número índice de dezembro de 2015 (c)	4.493,1700
IPCA– número índice médio de 2016 (d)	4.692,9558

3. Como resultado a relação dívida financeira / receita líquida real (D/RLR) estabelecida foi de 0,26. No entanto, a meta 1 do Programa é a manutenção da dívida financeira total do Distrito Federal (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual.
4. Os aspectos específicos considerados no estabelecimento da Meta estão descritos no TET.

AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA**QUANTO À DÍVIDA FINANCEIRA**

1. Os valores projetados de ingressos das operações de crédito foram substituídos pelos valores realizados. No caso de receitas de operações de crédito sujeitas à atualização cambial, os valores realizados foram ajustados pela variação do câmbio correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Nas demais operações de crédito, os valores mensais realizados foram deflacionados pelo IPCA para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. O montante ajustado foi de R\$ 99 milhões, dos quais:

cmf

R

8

J. K. L.

R\$ 1,00

Operação de Crédito	Valor projetado a preços de dez/2015	Valor realizado em 2016 a preços correntes	Valor realizado a preços de dez/2015
PROCIDADES – Prog Desenvolv Econômico DF - ADES	24.685.103,02	0,00	0,00
PRODEFAZ / PROFISCO	5.856.500,00	0,00	0,00
Programa de Transportes Urbanos do DF	41.355.282,67	19.204.245,00	21.999.773,15
PNAFM – 2ª fase	30.618.000,00	0,00	0,00
Ampliação da DF047 e Obra de Arte Especial	7.583.517,36	0,00	0,00
CPAC Riacho Fundo II – 5ª Etapa	26.462.618,52	20.513.487,63	19.714.663,71
Implant. do Sist. de Abast. de Água – Águas Lindas	13.044.866,15	4.798.771,13	4.548.576,47
Implant. do Sist. de Abast. de Esgotam. – Águas Lindas	9.206.620,28	7.433.660,15	7.055.454,33
Implant. de Sist. Prod. de Água do Corumbá Sul 1	3.654.115,97	0,00	0,00
Implant. de Sist. Prod. de Água do Corumbá Sul 2	1.455.259,75	0,00	0,00
Infra-estrut. e Saneamento Básico – Pro Moradia	1.000.000,00	0,00	0,00
Mobilidade Integrada – Asfalto Novo – Calçadas – Ciclovias	49.975.000,01	0,00	0,00
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Arnieiras 1ª Etapa	2.000.000,00	0,00	0,00
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Buritis	11.000.000,00	6.363.408,62	6.010.840,13
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Porto Rico	10.000.000,00	3.362.272,82	3.184.117,84
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Vicente Pires	25.999.363,79	15.080.577,16	14.315.172,43
PEF II (Metrô e Terminais de Ônibus)	13.000.000,00	0,00	0,00
Pro-Moradia II – Arapoanga	1.000.000,00	0,00	0,00
Pro-Moradia II – Mestre d' Armas	500.000,00	0,00	0,00
Pro-Moradia II – Sol Nascente	21.964.000,00	11.564.758,68	10.944.357,23
Prog. Financ. Contrap. do PAC – CPAC – Paranoá Parque	6.153.076,95	1.432.895,89	1.395.378,76
PROINVEST – Eixo Norte	40.000.000,00	10.000.000,00	9.577.073,02
Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste	5.000.000,00	352.071,38	331.242,87
Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Sul	30.330.201,04	0,00	0,00
Total	381.843.525,51	100.106.148,46	99.076.649,94

2. Sobre a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial, aplicou-se o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é: (Taxa de câmbio do exercício avaliado / Taxa de câmbio do exercício base para projeção) / (1 + variação percentual

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Initials] [Initials]
 8 [Initials]

do IPCA acumulado no período). A taxa de câmbio refere-se à de fechamento, de venda no último dia útil do exercício. O multiplicador para o dólar foi 0,785262222.

3. O Distrito Federal ajuizou medida cautelar em Mandado de Segurança nº 34.154, de 22 de abril de 2016, questionando o critério de atualização de dívidas com a União considerado no Decreto nº 8.616/2015, que regulamentou o art. 4º da Lei Complementar nº 148/2014. No entanto, em 20 de junho de 2016, em atenção à determinação do STF que recomendou à União e aos Estados que buscassem um consenso acerca dos critérios de atualização das dívidas estaduais refinanciadas junto à União, o Ministério da Fazenda promoveu reunião com os governadores, tendo sido acordado, no âmbito das dívidas referentes à Lei nº 9.496/97, alongamento do serviço da dívida por vinte anos e desconto escalonado em suas parcelas até junho de 2018.
4. Dessa forma, foram realizados ajustes nas projeções referentes à Lei nº 9.496/97 para os meses de abril a dezembro de 2016, considerando os critérios aplicáveis em decorrência do referido Acordo.
5. Como decorrência desses ajustes, a nova projeção de dívida financeira passou a ser de R\$ 3.506 milhões.

QUANTO À RECEITA LÍQUIDA REAL

1. Foi mantido o montante nominal de R\$ 16.296 milhões.
2. Aplicou-se, sobre esse montante, os valores realizados do IPCA – número índice de dezembro de 2015 e do IPCA – número índice médio de 2016, conforme quadro a seguir:

Discriminação	Meta com ajuste (b) = (a)x(c)/(d)
RLR a preços correntes (a)	R\$ 16.296 milhões
RLR a preços de dezembro de 2015 (b)	R\$ 15.623 milhões
IPCA – número índice de dezembro de 2015 (c)	4.493,1700
IPCA – número índice médio de 2016 (d)	4.686,7867

3. Como decorrência desse ajuste, a nova projeção da RLR passou a ser de R\$ 15.623 milhões a preços de dezembro de 2015.
4. Foram substituídos os parâmetros mensais projetados do IPCA pelos realizados na fórmula que serve para obter a RLR utilizada para o cálculo do limite de comprometimento do serviço da dívida.

QUANTO À RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

1. Após efetuados os ajustes, a relação D/RLR passou a ser 0,22.

RESULTADO ALCANÇADO

1. Para apuração do montante da dívida financeira, o valor do estoque da dívida em dólar foi convertido para reais pela cotação de fechamento para venda do dia 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3,2591/ US\$ 1,00).
2. O valor da dívida financeira em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.678 milhões.
3. O valor apurado da RLR, a preços correntes, foi de R\$ 16.567 milhões. Esse valor, a preços de dezembro de 2016, foi de R\$ 16.870 milhões.
4. A relação D/RLR apurada para o exercício de 2016 foi de 0,22.

CMS

8



5. O Distrito Federal assinou, em 24/03/2016, o 4º termo aditivo do contrato nº 003/99 STN/COAFI, referente ao refinanciamento de dívidas da Lei nº 9.496/97. O 4º termo aditivo substituiu os encargos originais da dívida, que eram IGP-DI + 6% a.a., por IPCA + 4% a.a., limitados à SELIC.

CONCLUSÃO

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.

CMD

W

2

W

META 2: RESULTADO PRIMÁRIO		R\$ MILHÕES	
META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
(628)	(628)	(486)	(486)

META ESTABELECIDADA

1. O valor do resultado primário previsto para o exercício de 2016 foi déficit de R\$ 628 milhões. Na eventualidade de não conseguir realizar o resultado primário estabelecido, o Distrito Federal se comprometeu a não gerar atrasos / deficiência no exercício de 2016.
2. Os aspectos específicos considerados no estabelecimento da Meta estão descritos no TET.

AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

1. Não foram efetuados, uma vez que não foram constatados erros materiais.

RESULTADO ALCANÇADO

1. O Distrito Federal obteve resultado primário deficitário de R\$ 486 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 18.443 milhões e da despesa não financeira de R\$ 18.928 milhões.

CONCLUSÃO

O Distrito Federal CUMPRIU a Meta.

CMO
A
8
/

META 3: RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA %

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
≤ 60,00	≤ 60,00	56,78	56,78

META ESTABELECIDADA

1. Para o exercício de 2016, foi prevista a relação despesas com pessoal / receita corrente líquida (RCL) de 57,96%, resultante da projeção de R\$ 10.441 milhões para as despesas com pessoal e de R\$ 18.014 milhões para a RCL. Entretanto, a meta consistiu em que tal relação não ultrapassasse 60,00%.

AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

1. Não foram efetuados.

RESULTADO ALCANÇADOS

1. As despesas com pessoal atingiram, em 2016, o valor de R\$ 10.324 milhões. A RCL realizada em 2016 foi de R\$ 18.183 milhões. A relação despesas com pessoal/RCL observada em 2016 foi de 56,78%.

CONCLUSÃO

O Distrito Federal CUMPRIU a Meta.

cmf A

8

11

META 4: RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA		R\$ MILHÕES	
META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
13.218	13.218	13.418	13.418

META ESTABELECIDADA

1. O valor projetado das receitas de arrecadação própria para 2016 foi de R\$ 13.218 milhões, obtido da soma das projeções de ICMS de R\$ 7.397 milhões e de outras receitas de arrecadação própria de R\$ 5.822 milhões.

AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

1. Não foram efetuados.

RESULTADO ALCANÇADO

1. As receitas de arrecadação própria alcançaram o montante de R\$ 13.418 milhões.

CONCLUSÃO

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.

CMJ PA

4

META 5: REFORMA DO ESTADO

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
RESTRITA A COMPROMISSOS			

META ESTABELECIDADA

1. Não houve estabelecimento de meta expressa em valores monetários para a reforma do Distrito Federal. A meta restringiu-se a compromissos, descritos adiante.

RESULTADO ALCANÇADO

1. A meta 5 do Programa para 2016 é alcançar os seguintes compromissos:
 - a. ampliar a estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Distrital para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:
 - ✓ a observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013;
 - ✓ a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Distrito Federal (GTCON) destinado a manter diálogo permanente com os responsáveis pela gestão contábil dos órgãos e entidades distritais, de forma a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Distrito Federal;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil;
 - ✓ o envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, no padrão definido em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - ✓ a observância de padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União por meio do Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010 nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
 - ✓ a observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF;
 - ✓ a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

cmf

MA

9

11

- ✓ a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- ✓ a observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS.
- O compromisso não foi avaliado em 2016, uma vez que o Distrito Federal poderá executá-lo até o fim da vigência do Programa. *Compromisso não avaliado em 2016.*
- b. manter atualizado o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), de acordo com os normativos vigentes.
- O Distrito Federal vem mantendo o Sistema atualizado. *Compromisso cumprido.*
- c. implementar sistema de custos que:
 - I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
 - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública estadual; e
 - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
- O compromisso não foi avaliado em 2016, uma vez que o Distrito Federal poderá executá-lo até o fim da vigência do Programa. *Compromisso não avaliado em 2016.*
- d. limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 43,65% em 2016, conforme o Anexo I;
- O Distrito Federal alcançou a relação de 45,10%. As outras despesas correntes realizaram-se 5,04% acima do projetado (R\$ 359 milhões), o que representou acréscimo real de 5,21% em relação a 2015. *Compromisso descumprido.*
- e. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- Conforme relatório da execução do Programa encaminhado pelo Distrito Federal, a estrutura vem sendo mantida. *Compromisso cumprido.*
- f. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 36.879, de 17 de novembro de 2015;
- Conforme relatório da execução do Programa encaminhado pelo Distrito Federal, a estrutura vem sendo mantida. *Compromisso cumprido.*
- g. encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- O relatório foi encaminhado em 29 de maio de 2017. *Compromisso cumprido.*
- h. divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CMR

A

8

11

- As informações estão disponibilizadas no site http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=163. *Compromisso cumprido.*

CONCLUSÃO

O Distrito Federal **NÃO CUMPRIU** a Meta.

cmf

AA

2

11

META 6: RELAÇÃO INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**%**

META ESTABELECIDADA		RESULTADO ALCANÇADO	
SEM AJUSTE	COM AJUSTE	SEM AJUSTE	COM AJUSTE
5,20	5,20	4,58	4,58

META ESTABELECIDADA

1. A meta estabelecida para a relação investimentos / RLR em 2016 foi de 5,20% e decorreu da estimativa de despesas com investimentos e inversões igual a R\$ 848 milhões e da RLR igual a R\$ 16.296 milhões.

AJUSTES EFETUADOS NA META ESTABELECIDADA

1. Não foram efetuados.

RESULTADO ALCANÇADO

1. Os investimentos e inversões atingiram R\$ 677 milhões e R\$ 82 milhões em 2016, respectivamente, totalizando R\$ 759 milhões. A RLR realizada em 2016 foi de R\$ 16.567 milhões. A relação investimentos / RLR observada em 2016 foi de 4,58%.

CONCLUSÃO

O Distrito Federal **CUMPRIU** a Meta.

8

CMT

PA

SS

SEÇÃO DE AJUSTES, CONCILIAÇÕES E APURAÇÕES DOS RESULTADOS DAS METAS**RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

1. As informações de receitas e despesas (empenhadas), enviadas mensalmente pelo Distrito Federal, e lançadas na entrada de dados do SIMEM, estão conciliadas com as informações do Balanço Geral, visto que as diferenças apresentadas no quadro abaixo correspondem aos seguintes valores:

- R\$ 1.914.301,13 correspondentes às deduções das receitas do Fundeb (R\$ 1.913.314,70), e à dedução de receita de vendas e serviços (R\$ 987.934,35);
- R\$ 1.325.786,03 correspondentes à dedução da contribuição patronal para o RPPS fontes 263 e 266;
- R\$ 1.699.109,16 correspondentes à dedução da contribuição patronal para o RPPS.

R\$ mil

Discriminação	Balanço Geral (A)	Balancetes* (B)	Diferença = (A) - (B)
Receita Corrente	25.683.445,79	27.597.746,92	(1.914.301,13)
Receita de Capital	577.075,27	577.075,27	0,00
Despesa Corrente	25.426.328,10	26.752.114,13	(1.325.786,03)
Despesa de Capital	991.047,58	991.047,58	0,00
Receitas Intraorçamentárias Correntes	32.545,50	1.731.654,66	(1.699.109,16)
Receitas Intraorçamentárias de Capital	320,81	320,81	0,00

* Informação lançada na Entrada de Balancetes do SIMEM.

SERVIÇO DA DÍVIDA

2. O serviço da dívida dos balancetes está conciliado com as informações do Balanço Geral, conforme abaixo:

R\$ 1,00

Discriminação	Balanço Geral (A)	Balancetes* (B)	Diferença = (A) - (B)
Juros e Encargos	197.127.950,63	197.127.950,63	0,00
Amortizações	224.263.743,93	224.263.743,93	0,00
Total	421.391.694,56	421.391.694,56	0,00

* Corresponde ao total da entrada do SIMEM.

cmf
12
8
B

3. Além disso, as informações do serviço da dívida de 2016 do Quadro 1.10a – Demonstrativo Quadrimestral do Saldo e Anual do Serviço Realizado da Dívida e a contida nos balancetes enviados estão conciliadas conforme demonstrado abaixo:

R\$ 1,00

Discriminação	Quadro 1.10 a (A)	Balancetes (B)	Diferença = (A) - (B)
Juros e Encargos	197.127.950,63	197.127.950,63	0,00
Amortizações	224.263.743,93	224.263.743,93	0,00
Total	421.391.694,56	421.391.694,56	0,00

4. Conforme demonstrado acima, não houve necessidade de ajustes para fins de conciliações.

ESTOQUE DA DÍVIDA

5. Os saldos devedores informados pelo Estado no Quadro 1.10b **estão** conciliados com os registrados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Distrito Federal referente ao 3º quadrimestre:

R\$ 1,00

Discriminação	Dívida Consolidada (RGF) (A)	Dívida Consolidada (quadro 1.10b) (B)	Diferença = (A) - (B)	Dívida Financeira (quadro 1.10b) (D)	Diferença = (B) - (D)
Dívida Contratual (I + II)	3.677.820.749,13	3.677.820.749,13	0,00	3.677.820.749,13	0,00
Interna (I)	3.050.091.153,04	2.871.025.960,43	179.065.192,61	2.871.025.960,43	0,00
(-) créditos a receber ref. FCVS/CEF	179.065.192,61	0,00	179.065.192,61		0,00
Externa (II)	806.794.788,70	806.794.788,70		806.794.788,70	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	3.603.914.677,47	3.603.914.677,47	0,00	0,00	3.603.914.677,47
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	7.281.735.426,60	7.281.735.426,60	0,00	3.677.820.749,13	3.603.914.677,47

6. A diferença entre a Dívida Consolidada e a Dívida Financeira, ambas constantes do Quadro 1.10b, é explicada pelos Precatórios posteriores a 05/05/2000, os quais compõem o montante da Dívida Consolidada e não entram no cômputo da Dívida Financeira.
7. A dívida do Balanço Geral do Estado **está** conciliada com a registrada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Distrito Federal referente ao 3º quadrimestre.

CMF p.

8

8

R\$ 1,00

Discriminação	Dívida Consolidada (RGF) (A)	Dívida (Balço Geral) (B)	Diferença = (A) - (B)
Dívida Contratual (I + II)	3.677.820.749,13	3.677.820.749,13	0,00
Interna (I)	3.050.091.153,04	3.050.091.153,04	0,00
(-) créditos a receber ref. FCVS/CEF	179.065.192,61	179.065.192,61	0,00
Externa (II)	806.794.788,70	806.794.788,70	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	3.603.914.677,47	3.603.914.677,47	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Total	7.281.735.426,60	7.281.735.426,60	0,00

PREVIDÊNCIA

8. O Quadro 1.18b – Demonstrativo do RPPS: apuração da insuficiência financeira do fundo financeiro em 2016 – registra R\$ 2.241.131.476,44 de recursos para a cobertura de insuficiência financeira. De acordo com e-mail, encaminhado no dia 19 de abril, o Distrito Federal esclarece que, daquele valor, R\$ 456.722.957,77 referem-se a recursos oriundos do Tesouro Distrital – fonte 100 – e o restante são recursos de transferência da União – fonte 130 – que, conforme o TET, não fazem parte do Programa. Além disso, do valor oriundo do Tesouro Distrital, R\$ 69.294.429,96 foram gastos com despesas correntes e, portanto, não compõem os recursos para a cobertura de insuficiência financeira do RPPS. Dessa forma, o aporte do Tesouro Distrital para a insuficiência do RPPS foi de R\$ 387.428.527,81.
9. A exemplo do que ocorreu em 2015, no exercício de 2016, foi editada a Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016, a qual prevê que até 75% do valor correspondente ao superávit técnico atuarial relativo ao Fundo Previdenciário do Distrito Federal (DFPREV) pode ser revertido para o Fundo Financeiro. Dessa forma, e de acordo com a Nota Técnica sobre o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV – do Distrito Federal, essa conversão correspondeu ao montante de R\$ 493.564.580,00 em 2016.
10. O Distrito Federal não considera o aporte do fundo capitalizado como receita do Distrito Federal, pois o considera uma fonte previdenciária e, portanto, não a identificou no quadro 1.18b. Segundo o TET (pág.21), os recursos provenientes da descapitalização do fundo previdenciário seriam contabilizados como despesas patronais. Entretanto, a partir de 2016, o Distrito Federal começou a repassar integralmente as contribuições patronais para o fundo financeiro. Dessa forma, o aporte do fundo capitalizado passou a compor o custo do sistema previdenciário suportado pelo Tesouro Distrital.
11. Por essa razão, ao valor de R\$ 387.428.527,81 foi acrescido o montante de R\$ 493.564.580,00 correspondente à essa descapitalização.
12. A Lei nº 899/2015 – lei que autorizou o aporte dos recursos do fundo previdenciário para o fundo financeiro em 2015 – prevê que a recomposição do montante revertido deve ser feita pelo Poder Executivo e pode ser realizada por meio do aporte de ativos. A Nota técnica do IPREV esclarece que a efetivação da transferência de imóveis para a carteira de investimentos do IPREV não havia sido concluída em 2016. Já a Lei nº 920/2016 prevê que a recomposição do aporte referente ao ano de 2016 será feita por intermédio de cessão de proporcional participação acionária do Distrito Federal no Banco de Brasília – BRB.

cmo

2

13. Cumpre ressaltar que, a partir de 29/05/2017, o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP foi obtido pelo Distrito Federal por intermédio de liminar.
14. Parte dos recursos originalmente contabilizados nos balancetes do Distrito Federal, nas contas 3.1.9.0.01.00 – *Aposentadorias e Reformas* (R\$ 4.891.404.402,01) e 3.1.9.0.03.00 – *Pensões* (R\$ 784.401.520,58), contempla as despesas do IPREV-DF (não incluídas na abrangência de fontes do Programa). Dessa forma, após a exclusão das despesas do IPREV-DF, os valores remanescentes nessas contas – R\$ 11.649.533,33 e R\$ 6.305.969,42, respectivamente – foram remanejados para a conta 3.1.9.0.99.00 – *A classificar*, por corresponderem a despesas com aposentadorias e pensões especiais, de natureza não previdenciária.
15. Por fim, houve o acréscimo na conta 3.1.9.0.01.00 – *Aposentadorias e Reformas* do montante correspondente ao aporte para a insuficiência do RPPS, conforme explicado anteriormente. Assim, a despesa com inativos e pensionistas do Anexo I, que representa o custo do sistema previdenciário suportado pelo Tesouro Distrital, passou a ser de R\$ 880.993.107,81.
16. O quadro abaixo resume o valor apurado para os inativos e pensionistas do Anexo I do Programa:

R\$ 1,00

Discriminação	Entrada SIMEM (A)	Ajuste SIMEM (B)	Saldo Final (C) = (A + B)
3.1.9.0.01.00	4.903.053.935	(4.891.404.402,01)	880.993.107,81
		(11.649.533,33)	
		880.993.107,81	
3.1.9.0.03.00	790.707.490	(784.401.520,58)	0,00
		(6.305.969,42)	
Total Inativos e Pensionistas	0	0	880.993.107,81

17. Diferentemente deste ano, em 2015, o Distrito Federal não repassava a contribuição patronal integralmente, mas apenas o valor suficiente para, somado às contribuições dos servidores, quitar as aposentadorias e pensões. Dessa forma, na avaliação de 2015 e de acordo com o TET, o aporte realizado pelo Tesouro Distrital para custear a previdência foi feito na rubrica de contribuições patronais e não na de inativos como foi feita em 2016. Ademais, o Distrito Federal não explicou as razões, por ocasião da avaliação de 2015, do aumento do déficit no fundo financeiro de 2015 em relação a 2014.
18. As despesas com pessoal tiveram uma variação real negativa de 12,42% quando são comparados os anos de 2015 e 2016. O Distrito Federal explicou por e-mail, do dia 19 de junho, que essa diferença se justifica, em parte, em razão do menor aporte do Tesouro Distrital para custear o sistema previdenciário como pode ser visto nos quadros abaixo:

QUADRO I

ANO	2015	2016	2016-2015
Repasse superavit Fundo Capitalizado p/ Fundo Financeiro Iprev	1.201.043.817,00	493.564.579,09	-707.479.237,91
Repasse Financeiro do Tesouro (fte 100) para o Iprev	528.755.350,00	387.428.528,77	-141.326.821,23
SOMA	1.729.799.167,00	880.993.107,86	-848.806.059,14

8 um A

→

QUADRO II

ANO	2015	2016	2016-2015
Repasse superavit Fundo Capitalizado p/ Fundo Financeiro Iprev	1.201.043.817,00	493.564.579,09	-707.479.237,91
Repasse Financeiro do Tesouro (fte 100) para o Iprev	528.755.350,00	387.428.528,77	-141.326.821,23
outras despesas*	1.276.674.528,80	1.629.610.186,76	352.935.657,96
SOMA	3.006.473.695,80	2.510.603.294,62	-495.870.401,18

* Já excluídos os valores do FCDF e IPREV.

QUADRO III

ANO	2015	2016	2016-2015
Repasse superavit Fundo Capitalizado p/ Fundo Financeiro Iprev	1.201.043.817,00	493.564.579,09	-707.479.237,91
Repasse Financeiro do Tesouro (fte 100) para o Iprev	528.755.350,00	387.428.528,77	-141.326.821,23
outras despesas	1.276.674.528,80	1.629.610.186,76	352.935.657,96
Executivo (Adm Direta)	6.196.440.424,72	6.157.838.209,18	-38.602.215,54
Executivo Admi (indireta)	1.189.725.619,01	1.175.999.964,59	-13.725.654,42
Demais Poderes	449.115.813,87	480.004.147,45	30.888.333,58
SOMA	10.841.755.553,40	10.324.445.615,84	-517.309.937,56

* Já excluídos os valores do FCDF e IPREV.

19. Além disso, a Nota Técnica de 2016 do Iprev esclarece que “de acordo com o Art. 1º da Lei Complementar nº899, de 30/09/2015, a contribuição previdenciária patronal (...) foi alterada de 22% para 16,55% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos do Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV a vigor nos exercícios financeiros de 2015 a 2018. Ainda, conforme disposto no Art. 2º da Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015, o IPREV-DF foi autorizado a reverter do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro até 75% do valor correspondente ao superávit técnico atuarial apurado no final do exercício de 2014 para o exercício de 2015, no valor de até R\$ 1.201.043.517,00 (hum bilhão, duzentos e um milhões, quarenta e três mil, quinhentos e dezessete reais). O valor total autorizado foi revertido para o Fundo Financeiro no decorrer do 4º trimestre/2015, dos quais R\$ 856.708.359,06 (oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e seis centavos) foram utilizados para o custeio da folha de pagamento referentes aos meses de setembro, outubro e novembro/2015 permanecendo R\$ 344.335.157,94 (trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para custeio da folha de pagamento referente ao mês de dezembro/2015, realizada em janeiro/2016”.

20. Vale ressaltar que o Balanço do Distrito Federal (página 178) informa que, em 2016, houve alteração na estrutura do executivo, com redução de 24 para 17 pastas que resultaram em cortes de cargos comissionados. Contudo, quando são comparados os dados informados no Diário Oficial do DF sobre cargos comissionados em 2015 e em 2016, verifica-se que essa redução de cargos comissionados não ocorreu:

Discriminação	Dezembro/2015 (A)	Dezembro/2016 (B)	Diferença (B) – (A)
Total Servidores	138.258	133.978	(4.280)
Total Ocupantes de Cargo em Comissão	12.813	13.451	638

21. Outra possível explicação para a redução de despesa com pessoal entre 2015 e 2016 é o aumento, nesse mesmo período, das despesas relativas aos contratos de terceirização que fazem parte de outras despesas correntes. O quadro abaixo demonstra esse aumento:

cmf M
D 4

R\$ 1,00

Discriminação	2015 (A)	2016 (B)	Diferença (B) – (A)
3.3.9.0.34.00 - Outras Despesas Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	4.215.349,68	3.394.568,11	(820.781,57)
3.3.9.0.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	31.880.417,84	46.802.438,76	14.922.020,92
3.3.9.0.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.474.058.623,97	2.571.131.006,45	97.072.382,48
Total	2.510.154.391,49	2.621.328.013,32	111.173.621,83

22. Foram realizadas as seguintes exclusões de receitas e despesas previdenciárias dos dados constantes nos balancetes mensais do Distrito Federal (ajuste SIMEM) a fim de adequá-los aos critérios estabelecidos no TET:

R\$ 1,00

Discriminação	Total
Receita Corrente	2.222.638.070,47
Receita de Capital	0,00
Despesa Corrente	5.746.696.553,77
Despesa de Capital	0,00

OUTROS AJUSTES

23. Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal foi considerada como receita de transferências.
24. Foram realizados os seguintes ajustes nos dados constantes nos balancetes mensais do Distrito Federal a fim de excluir na execução orçamentária o montante relativo ao cancelamento dos restos a pagar processados e **não** processados, conforme Quadro 1.6 – Demonstrativo de Restos a Pagar Processados, Não Processados e Cancelados:

R\$ 1,00

Discriminação	Balancetes* (A)	Cancelamento de Restos a Pagar		Saldo Ajustado = (A) - (B) – (C)
		Não Processados (B)	Processados (C)	
Despesas Correntes	26.752.114.130,26	9.804.338,67	425.341,98	26.741.884.449,61
Despesas de Capital	991.047.580,05	7.550.938,49	0,00	983.496.641,56
Total	27.743.161.710,31	17.355.277,16	425.341,98	27.725.381.091,17

* Corresponde aos valores das despesas empenhadas, lançados na entrada do SIMEM.

25. O quadro abaixo demonstra a conciliação entre os cancelamentos de restos a pagar informados no RREO do 1º bimestre de 2017 e os do Quadro 1.6 – Demonstrativo dos restos a pagar (fontes tesouro) processados, não processados e cancelados do exercício de 2016.

cmf

H

CS

B

R\$ 1,00

Discriminação	RREO 1º bimestre (A)	Quadro 1.6 – Cancelamentos Exercício de 2016 (Processados e Não Processados)					Diferença = (F) - (A)
		Fonte Tesouro		Outras Fontes		Total (F) = (B) + (C) + (D) + (E)	
		Exercícios Anteriores (B)	Exercício 2016 (C)	Exercícios Anteriores (D)	Exercício 2016 (E)		
RP Processados	1.231.638,98	806.297,00	418.360,78	0,00	6.981,20	1.231.638,98	0,00
RP Não Processados	17.355.277,16	0,00	17.077.335,77	0,00	277.941,39	17.355.277,16	0,00
Total	18.586.916,14	806.297,00	17.495.696,55	0,00	284.922,59	18.586.916,14	0,00

26. As informações referentes ao cancelamento de restos a pagar estão compatíveis com aquelas publicadas no 1º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 1º bimestre).

27. De acordo com o estabelecido no TET: “Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como suas correspondentes despesas, integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental (SIGGO) em 2016, mas não fazem parte das projeções das receitas e despesas do Programa”.

28. Por essa razão, foram excluídos R\$ 5.278.207.821,00 da receita e R\$ 3.489.115.075,48 da despesa, conforme quadro a seguir:

Exclusões relativas ao Fundo Constitucional do Distrito Federal		
Conta Contábil		Valor em R\$ 1,00
Balancete do Distrito Federal	SIMEM	
4.1.7.2.1.09.06	1.7.2.1.99.00	5.278.207.821,00
4.1.7.2.1.09.07		
Total de Receitas		5.278.207.821,00
3.1.9.0.04.00	3.1.9.0.04.00	11.877.060,39
3.1.9.0.11.00	3.1.9.0.11.00	2.888.205.091,24
3.1.9.0.13.00	3.1.9.0.13.00	57.814.465,40
3.1.9.0.16.00	3.1.9.0.16.00	80.007.841,68
3.1.9.0.94.00	3.1.9.0.94.00	12.983.571,34
3.1.9.1.13.00	3.1.9.1.13.00	438.227.045,43
Total de Despesas		3.489.115.075,48

29. Em relação à Receita do Fundo Constitucional do Distrito Federal, do montante de R\$ 5.278.207.821,00 excluídos da conta 1.7.2.1.99.00 – *Outras Transferências da União* –, R\$ 1.129.566.353,49 foram gastos com os pagamentos de pessoal ativo da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer; já R\$ 2.359.548.721,99 foram gastos com pessoal ativo da Secretaria de Saúde e, por fim, o montante de R\$ 1.789.081.364,00, referente às contas 3.1.90.01.00 – *Aposentadorias e Reformas* e 3.1.90.03.00 – *Pensões*, foi utilizado para pagamento de inativos

cmf
A
B

das Secretarias de Saúde e Educação (IPREV). Esse último valor já foi retirado da despesa previdenciária, conforme parágrafo 13.

30. Com relação a execução orçamentária, também foram realizados os seguintes ajustes:

- exclusão do valor de R\$ 897.834,35 da conta 1.6.0.0.99.00 – *Outros Serviços* referente à restituição de receita registrada na conta 9.4.0.0.00.00 – *Dedução da Receita de Vendas e Serviços (pasep, cofins, impostos sobre serviços, etc)*; e
- exclusão do valor de R\$ 20.834.666,90 da conta 3.3.9.1.39.00 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*. Refere-se ao limite da exclusão das despesas intraorçamentárias ao valor registrado nas contas contábeis 7.6.0.0.00.00 – *Receitas Intraorçamentárias de Serviços* e 7.9.0.0.00.00 – *Outras Receitas Intraorçamentárias Correntes*, uma vez que o Distrito Federal não conseguiu compatibilizar as despesas intraorçamentárias (modalidade 91) com as receitas intraorçamentárias registradas nas contas anteriormente mencionadas (TET pág. 13 – Ajuste decorrente das despesas intraorçamentárias).

OUTRAS CONCILIAÇÕES E REGISTROS

31. Uma vez que o Distrito Federal é uma unidade federativa sem municípios, não há apuração de perda/ganho líquido do FUNDEB, o quadro a seguir demonstra apenas a conta e o ajuste feito automaticamente pelo SIMEM:

R\$ 1,00

Exercício	Recursos Repassados ao FUNDEB (A)	Recursos Recebidos do FUNDEB (B)	Perdas / Ganhos (B) – (A)	Complementação da União *
	9.0.0.0.00.00	1.7.2.4.01.00	3.3.7.0.41.00 / 1.7.2.4.01.00	1.7.2.4.02.00
2016	1.913.314.696,84	1.913.314.696,84	0,00	0,00

* A complementação da União não entra na apuração da perda/ganho líquido do FUNDEB.

32. O quadro abaixo demonstra os valores reconstituídos a partir dos percentuais previstos na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo, e os contabilizados pelo Distrito Federal:

V CMO A

S

R\$ 1,00

Discriminação	Receitas Totais	% da Lei nº 11.494/07	Cálculo (A)	Contas Redutoras (B)	Diferença =(A) – (B)
IPVA ¹	1.026.921.768,16	1,00*0,20	205.384.353,63	210.000.000,00	-4.615.646,37
ITCD ²	120.354.142,54	1,00*0,20	24.070.828,51	25.500.000,00	-1.429.171,49
ICMS ³	7.499.521.646,98	1,00*0,20	1.499.904.329,40	1.522.100.000,00	-22.195.670,60
FPE	599.740.452,80	1,00*0,20	119.948.090,56	119.948.090,19	0,37
FPM	166.349.405,10	1,00*0,20	33.269.881,02	31.000.731,82	2.269.149,20
ITR	1.012.960,35	1,00*0,20	202.592,07	202.591,96	0,11
IPI-Exp	7.026.290,80	1,00*0,20	1.405.258,16	1.405.257,87	0,29
LC 87/96	15.790.125,00	1,00*0,20	3.158.025,00	3.158.025,00	0,00
Total	9.436.716.791,73		1.887.343.358,35	1.913.314.696,84	-25.971.338,49

¹ Inclui multas e juros de mora do IPVA, multa e juros de mora dívida ativa e receita da dívida ativa do IPVA.² Inclui multas e juros de mora do ITCD, multa e juros de mora dívida ativa e receita da dívida ativa do ITCD.³ Inclui multas e juros de mora do ICMS, multa e juros de mora dívida ativa e receita da dívida ativa do ICMS.

33. Os montantes efetivamente aplicados do IPVA, ITCD e ICMS foram superiores ao mínimo estabelecido na lei (de 20%). Questionado, o Distrito Federal explicou que é uma prática trabalhar com uma margem de sobra para essas transferências. Quanto ao FPM, os valores são apurados diretamente pela União, e o Distrito Federal apenas registra os valores descontados.
34. O valor da receita de transferência da gestão plena, informado nos balancetes mensais de receita do DF na conta 1.7.2.1.33.00 – *Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo*, no total de R\$ 610.893.1450,77, foi considerado para efeito de dedução no cálculo da RLR. Este valor não está conciliado com o extraído do sítio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), de R\$ 714.806.902,02. O Distrito Federal não justificou a razão da diferença observada.

cmf A

D

B

R\$ 1,00

Mês	Informação do Balancete (A)	Informação do FNS (B)	Diferença =(B) - (A)
jan	70.392.571,98	44.385.740,30	-26.006.831,68
fev	317.297,70	50.121.853,27	49.804.555,57
mar	29.320.384,67	64.176.724,02	34.856.339,35
abr	25.671.506,67	60.006.403,28	34.334.896,61
mai	0,00	52.260.755,74	52.260.755,74
jun	3.648.878,00	64.207.661,86	60.558.783,86
jul	0,00	61.319.996,70	61.319.996,70
ago	0,00	46.884.917,08	46.884.917,08
set	1.315.843,75	57.833.022,00	56.517.178,25
out	0,00	54.513.988,82	54.513.988,82
nov	0,00	53.985.348,85	53.985.348,85
dez	480.226.663,00	105.110.490,10	-375.116.172,90
Total	610.893.145,77	714.806.902,02	103.913.756,25

35. Seguem as conciliações das informações sobre as receitas de transferências da União que estão divulgadas na página do Banco do Brasil, na internet, e as registradas nos balancetes do Distrito Federal:

R\$ 1,00

Discriminação	BB Internet (A)	Balancetes (B)	Diferenças =(A) - (B)
FPE	599.740.452,80	599.740.452,80	0,00
FEP	0,00	0,00	0,00
IOF Ouro	0,00	0,00	0,00
LEI 87/96	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
IPI - Exp	7.026.290,81	7.026.290,80	0,01
Royalties Itaipu	26.260,07	0,00	26.260,07
PEA - Part. Especial	0,00	0,00	0,00
CFM	684.992,19	2.620.841,98	-1.935.849,79
CFH	273.980,19	600.480,52	-326.500,33
FEX	0,00	0,00	0,00
CIDE	17.807.284,64	17.806.925,71	358,93
FUNDEB – Repasse	1.913.314.696,84	1.913.314.696,84	0,00
FUNDEB – Compl. União	0,00	0,00	0,00
Total	2.554.664.082,54	2.556.899.813,65	-2.235.731,11-

36. Ressalte-se que as informações referentes às transferências da União, Royalties Itaipu, CFM, CFH e CIDE, obtidas no *site* do Banco do Brasil, não estão conciliadas com as dos balancetes do Tesouro Distrital. Foi solicitado ao Distrito Federal (*e-mail* de 17 de abril de 2017) que averiguasse as divergências, mas até o momento não houve resposta a esta solicitação.

CMB

A

37. Conforme descrição do TET, a apuração da dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, foi obtida considerando-se a base de cálculo e os percentuais mostradas no quadro a seguir:

R\$ 1,00

Base de Cálculo	Valor Total 2016 (A)	Percentuais TET (B)	Dedução Art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07 (C) = (A) x (B)
(+) ICMS Principal	7.375.552.480	15%	1.106.332.872,05
(+) ICMS Acessórias	123.969.166,63	15%	18.595.374,99
(+) FPE	599.740.452,80	15%	89.961.067,92
(+) FPM	166.349.405,10	15%	24.952.410,77
(+) IPI-Exportação	7.026.290,80	15%	1.053.943,62
(+) Lei Complementar nº 87/96	15.790.125,00	15%	2.368.518,75
Total	8.288.427.921		1.243.264.188,10

38. Para efeito de registro, segue a apuração da Receita Líquida Real do Distrito Federal para o exercício de 2016, publicada para o mês de pagamento de março de 2017 na Portaria nº 159, de 1º de março de 2017:

R\$ 1,00

MESES	RECEITA CORRENTE (1)	RECEITA DE CAPITAL (2)	OP. DE CRÉDITO (3)	ALIENAÇÃO DE BENS (4)	TRANSF. DE CAPITAL (R.Cor.) (5)	TRANSF. INTERGOV (R.Cap.) (6)
jan/16	1.278.270.854,23	9.635.505,52	1.550.987,48	0,00	8.026.934,13	0,00
fev/16	1.333.023.249,17	3.289.826,76	0,00	0,00	2.522.044,84	0,00
mar/16	1.629.817.606,98	33.212.896,39	4.626.751,91	979.159,31	964.674,71	0,00
abr/16	1.522.333.853,32	7.346.647,53	2.450.000,00	0,00	2.171.688,96	0,00
mai/16	1.529.857.589,42	37.921.765,61	22.782.832,63	0,00	8.898.942,30	0,00
jun/16	1.696.850.627,21	27.723.144,10	13.053.109,22	0,00	7.026.749,04	0,00
jul/16	1.515.403.859,45	132.219.773,13	3.783.649,87	226.163,00	5.528.863,90	0,00
ago/16	1.417.530.367,82	20.955.174,76	6.173.837,39	147.000,00	11.769.996,06	0,00
set/16	1.451.376.902,85	21.110.662,60	8.785.507,71	0,00	11.863.565,29	0,00
out/16	1.526.997.126,17	17.881.408,99	15.219.101,12	0,00	1.736.349,83	0,00
nov/16	1.507.490.167,72	39.963.517,86	9.925.243,83	10.489.166,90	18.900.277,35	0,00
dez/16	1.773.646.296,53	225.814.942,78	11.755.127,30	2.891.002,74	69.942.399,51	44.784.444,44
TOTAL	18.182.598.500,87	577.075.266,03	100.106.148,46	14.732.491,95	149.352.485,92	44.784.444,44

cmo

A

8

A

R\$ 1,00

MESES	GESTÃO PLENA DE SAÚDE (7)	Dedução de que trata o art. 5º de Lei nº 10.195/01 com redação dada pela Lei nº 11.533/07 (8)	CÁLCULO DA RLR MENSAL (9) = (1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)-(8)	IPCA ACUMULADO	RLR A PREÇOS DEZ/16
jan/16	70.392.571,98	102.735.842,73	1.105.200.023,43	4550,23	1.159.964.167,06
fev/16	52.935.845,44	98.679.714,42	1.182.175.471,23	4591,18	1.229.687.225,93
mar/16	58.664.064,55	96.961.248,99	1.500.834.603,90	4610,92	1.554.469.784,30
abr/16	52.713.210,83	99.865.959,64	1.372.479.641,42	4639,05	1.412.908.035,81
mai/16	55.713.564,06	106.246.778,56	1.374.137.237,48	4675,23	1.403.667.243,11
jun/16	53.749.802,71	107.222.796,14	1.543.521.314,20	4691,59	1.571.193.292,73
jul/16	66.019.195,76	100.418.266,47	1.471.647.493,58	4715,99	1.490.280.287,94
ago/16	53.392.188,57	99.620.836,26	1.267.381.684,30	4736,74	1.277.805.982,54
set/16	52.538.906,46	99.359.460,79	1.299.940.125,20	4740,53	1.309.584.383,16
out/16	53.919.310,33	107.157.209,89	1.366.846.563,99	4752,86	1.373.414.982,90
nov/16	49.088.614,61	110.067.318,55	1.348.983.064,34	4761,42	1.353.028.806,61
dez/16	110.451.934,49	114.928.755,65	1.734.276.464,07	4775,7	1.734.276.464,07
TOTAL	729.579.209,79	1.243.264.188,10	16.567.423.687,12		16.870.280.656,15

CND PA

8

/

CONCLUSÕES

O Distrito Federal **CUMPRIU** as seguintes metas: 1, 2, 3, 4 e 6.

O Distrito Federal **NÃO CUMPRIU** a seguinte meta: 5.

O Distrito Federal **CUMPRIU** os seguintes compromissos: “b”, “e”, “f”, “g” e “h”.

O Distrito Federal **NÃO CUMPRIU** o seguinte compromisso: “d”.

Compromissos não avaliado em 2016: “a” e “c”.

mo A

2

11

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
PLANILHA DE AVALIAÇÃO I - COMPARATIVO ENTRE FLUXOS PROJETADOS E REALIZADOS (PLANILHA GERENCIAL)

DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO DE 2016

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2015 REALIZADO	2016				METAS AJUST x REALIZ AJUST		2016-2015	
		METAS		REALIZADO		DISCREPÂNCIA		VARIÇÃO	
		ORIGINAIS	AJUSTADAS	SEM AJUSTES	AJUSTADO	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	REAL
I - RECEITA BRUTA	16.879	18.095	18.095	18.443	18.443	348	1,92	1.564	0,48
Receitas de Transferências	4.712	4.877	4.877	5.025	5.025	148	3,03	313	(1,93)
FPE	527	558	558	600	600	41	7,39	73	4,62
Outras	4.185	4.318	4.318	4.425	4.425	106	2,47	240	(2,76)
Receitas de Arrecadação Própria	12.167	13.218	13.218	13.418	13.418	200	1,51	1.251	1,42
ICMS	6.821	7.397	7.397	7.376	7.376	-21	-0,28	554	(0,56)
Outras	5.346	5.822	5.822	6.043	6.043	221	3,80	697	3,95
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	0	0	0	0	0	-0	-100,00	0	
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	16.879	18.095	18.095	18.443	18.443	348	1,92	1.564	0,48
IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	18.351	18.723	18.723	18.928	18.928	205	1,10	577	(5,15)
Pessoal	10.842	10.441	10.441	10.324	10.324	-116	-1,11	-517	(12,42)
Executivo (Adm Direta)	6.196	6.293	6.293	6.158	6.158	-135	-2,14	-39	(8,61)
Executivo (Adm Indireta)	1.190	1.175	1.175	1.176	1.176	1	0,10	-14	(9,10)
Demais Poderes	449	461	461	480	480	19	4,02	31	(1,71)
Inativos e Pensionistas	0	0	0	881	881	881		881	
Outras	3.006	2.512	2.512	1.630	1.630	-882	-35,13	-1.377	(50,15)
OCC	7.510	8.282	8.282	8.604	8.604	322	3,89	1.094	5,36
Investimentos	539	778	778	677	677	-100	-12,92	138	15,48
Inversões	81	70	70	82	82	12	17,07	1	(6,77)
Outras Despesas Correntes	6.532	7.114	7.114	7.472	7.472	359	5,04	941	5,21
Sentenças Judiciais	358	321	321	372	372	52	16,11	15	(4,27)
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	-1.472	-628	-628	-486	-486	142		987	(69,68)
VI- Juros da dívida (líquido devido)	55	21	21	-5	-5	-26	-123,02	-60	(108,17)
Intralimite	77	17	17	18	18	1	7,15	-59	(78,10)
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	-22	4	4	-23	-23	-27	-660,42	-1	(2,51)
VII- Necessidade de Financiamento Líquida (-V + VI)	1.527	649	649	481	481	-169	-25,96	-1.047	(71,06)
VIII- Amortizações de Dívida	239	255	255	224	224	-31	-12,06	-15	(13,64)
Intralimite	56	27	27	27	27	-1	-2,16	-29	(56,03)
Extralimite	183	228	228	197	197	-30	-13,26	15	(0,60)
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0		0	
Saneamento Financ. - Reestruturação	0	0	0	0	0	0		0	
Outras Amortizações	183	228	228	197	197	-30	-13,26	15	(0,60)
IX- Capitalização de Fundos Previdenciários	-1.201	-494	-494	-494	-494	0		707	(62,21)
X- Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)	565	411	411	211	211	-199	-48,54	-354	(65,61)
XI- Fontes de Financiamento	581	411	411	115	115	-296	-72,03	-466	(81,83)
Alienação de Ativos	1	12	12	15	15	3	24,61	14	2.232,60
Operações de Crédito	581	399	399	100	100	-299	-74,90	-481	(84,15)
Internas	558	324	324	81	81	-243	-75,01	-477	(86,67)
d/q Liberação Saneam. Financ. Op. Créd.	0	0	0	0	0	0		0	
Externas	23	75	75	19	19	-56	-74,43	-4	(22,43)
d/q Liberação Saneam. Financ. Op. Créd.	0	0	0	0	0	0		0	
XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)	-16	0	0	96	96	96		113	(646,06)
Serviço da Dívida Total (Bruto)	469	449	449	421	421	-28	-6,16	-47	(17,35)
Receitas Financeiras	175	173	173	202	202	29	16,91	27	6,08
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	294	276	276	219	219	-57	-20,58	-74	(31,32)
Serviço da Dívida Intralimite	133	45	45	45	45	1	1,41	-88	(68,77)
Serviço da Dívida Extralimite	161	232	232	174	174	-57	-24,81	13	(0,33)
Receita Líquida Real-RLR	15.213	16.296	16.296	16.567	16.567	271	1,66	1.354	0,15
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	16.891	18.014	18.014	18.183	18.183	169	0,94	1.292	(1,00)
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	64,19	57,96	57,96	56,78	56,78	-1,18	-2,03	-7,40	
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,00	-100,00	0,00	
Despesa com Investimentos / RLR %	3,54	4,77	4,77	4,09	4,09	-0,68	-14,34	0,54	
Despesa com Investimentos e Inversões / RLR %	4,08	5,20	5,20	4,58	4,58	-0,62	-11,90	0,51	
Despesa com Outras Despesas Correntes / RLR %	42,93	43,65	43,65	45,10	45,10	1,45	3,32	2,17	

CNO

PA

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
PLANILHA DE AVALIAÇÃO II - COMPARATIVO ENTRE AS RELAÇÕES DÍVIDA FINANCEIRA / RLR PROJETADA E REALIZADA

DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO DE 2016
R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 2015

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016				METAS AJUST x REALIZ AJUST		2016-2015	
	REALIZADO	METAS		REALIZADO		DISCREPÂNCIA		VARIAÇÃO	
		ORIGINAIS	AJUSTADAS	R\$ DEZ 2016	R\$ DEZ 2015	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	REAL
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	4.231	4.089	3.506	3.678	3.460	-46	-1,31	-771	-18,21
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	4.176	4.056	3.473	3.670	3.453	-20	-0,57	-723	-17,30
1.1.1 CONTRATUAL	4.176	4.056	3.473	3.670	3.453	-20	-0,57	-723	-17,30
Interna	3.150	3.040	2.714	2.864	2.694	-20	-0,72	-455	-14,46
DÍVIDAS COM A UNIÃO	3.150	3.040	2.714	2.864	2.694	-20	-0,72	-455	-14,46
BIB	0	0	0	0	0	0		0	
BEA	0	0	0	0	0	0		0	
Clube de Paris	0	0	0	0	0	0		0	
DMLP	0	0	0	0	0	0		0	
Lei nº 7976/89	0	0	0	0	0	0		0	
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0	0	0		0	
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0	0	0		0	
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0	0	0		0	
Parcelamento INSS após 01.12.1992	0	0	0	37	34	34		34	
Lei nº 8727/93	0	0	0	0	0	0		0	
Lei 8.727/93 GOVERNO IGPM	0	0	0	0	0	0		0	
Lei 8.727/93 GOVERNO TJLP	0	0	0	0	0	0		0	
Lei 8.727/93 GOVERNO TR	0	0	0	0	0	0		0	
Lei 8.727/93 Outros	0	0	0	0	0	0		0	
Lei nº 9496/97	1.280	974	990	1.052	990	0	0,00	-290	-22,66
Principal	1.280	974	990	1.052	990	0	0,00	-290	-22,66
PROES Extralimite	0	0	0	0	0	0		0	
PROES Intralimite	0	0	0	0	0	0		0	
Precatórios	0	0	0	0	0	0		0	
Conta Gráfica Estoque	0	0	0	0	0	0		0	
CEF	899	1.015	889	906	853	-37	-4,12	-47	-5,19
Parcelamento PIS/PASEP	0	0	0	0	0	0		0	
Banco do Brasil (inclusive FUNDEF)	554	628	461	487	459	-3	-0,55	-95	-17,18
BNDES	363	376	337	342	322	-15	-4,42	-42	-11,44
Outros Bancos Federais	0	0	0	0	0	0		0	
Outras	53	46	36	39	36	0	0,00	-16	-31,13
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0	0	0		0	
com Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0		0	
com Bancos Privados	0	0	0	0	0	0		0	
Outras	0	0	0	0	0	0		0	
Externa	1.026	1.016	759	807	759	0	-0,02	-267	-26,03
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0	0		0	
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	0	0	0	0	0	0		0	
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	1.026	1.016	759	807	759	0	-0,02	-267	-26,03
1.1.2 MOBILIÁRIA	0	0	0	0	0	0		0	
1.2 ADM INDIRETA - CUSTEADA (FONTE TESOURO)	55	33	33	7	7	-26	-78,92	-48	-87,32
2 DÍVIDA FINANCEIRA (1.1 + 1.2)	4.231	4.089	3.506	3.678	3.460	-46	-1,31	-771	-18,21
3 RLR CORRIGIDA	15.990	15.603	15.623	16.870	15.872	249	1,59	-118	-0,74
4 DÍVIDA/RLR CORRIGIDA	0,26	0,26	0,22	0,22	0,22	-0,01	-2,85	-0,05	

Handwritten signature/initials



Ofício nº 126/2017/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 01º de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal
Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar, Sala 604
70075-900 - Brasília – DF

Assunto: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados – Resultado da avaliação do Programa referente ao exercício de 2016.

Senhor Governador,

1. Nos termos do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99 STN/COAFI, de 29 de julho de 1999 e em atendimento à seção 4 do Programa do Distrito Federal, assinado em 20 de dezembro de 2016, foi realizada a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2016.
2. Conforme o §5º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “*a Secretaria do Tesouro Nacional avaliará preliminarmente, até 30 de junho do exercício subsequente ao exercício avaliado, se estão sendo cumpridas as metas ou compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal*”.
3. Segundo o Termo de Entendimento Técnico, “*a partir de 30 de junho de cada ano, com base nas informações extraídas do Balanço e demais documentos que subsidiam o processo de avaliação preliminar, havendo indicações decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas de que houve o descumprimento das metas 1 ou 2 o Estado não terá a sua adimplência em relação às metas ou compromissos atestados pela Secretaria do Tesouro Nacional, enquanto persistirem os efeitos dessa avaliação*”.
4. Considerando ainda o disposto no § 8º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, “*decorridos 120 (cento e vinte) dias da comunicação ao Estado acerca do resultado desta avaliação e desde que não haja fatos supervenientes contrários àqueles aqui considerados, esta avaliação será considerada definitiva*”.
5. Nos termos do § 7º do art. 16 do referido Decreto, “*a avaliação preliminar que conclua pelo descumprimento das metas e compromissos, nos termos do § 6º, poderá ser revista pelo Ministro de Estado da Fazenda, para todos os efeitos, após apresentação de justificativa fundamentada pelo Estado ou Distrito Federal interessado*”.
6. A seguir relacionamos os resultados alcançados:
 - i) Meta n.º 1: limitar a relação dívida financeira / receita líquida real a 1,00. O Distrito Federal cumpriu a meta ao apresentar a relação 0,22.

7 *Barb*

- ii) Meta n.º 2: não ultrapassar o resultado primário deficitário de R\$ 628 milhões. O Distrito Federal cumpriu a meta ao realizar resultado primário deficitário de R\$ 486 milhões.
- iii) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida. O Distrito Federal cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 56,78%.
- iv) Meta n.º 4: alcançar receitas de arrecadação própria no valor de R\$ 13.218 milhões. O Distrito Federal cumpriu a meta ao realizar as referidas receitas no montante de R\$ 13.418 milhões.
- v) Meta n.º 5: alcançar os seguintes compromissos:
 - (a) ampliar a estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Distrital para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:
 - ✓ a observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013;
 - ✓ a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Distrito Federal (GTCON) destinado a manter diálogo permanente com os responsáveis pela gestão contábil dos órgãos e entidades distritais, de forma a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Distrito Federal;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil;
 - ✓ o envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, no padrão definido em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - ✓ a observância de padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União por meio do Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010 nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
 - ✓ a observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF;



- ✓ a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
 - ✓ a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
 - ✓ a observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS.
- (b) manter atualizado o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), de acordo com os normativos vigentes;
- (c) implementar sistema de custos que:
- I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
 - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública estadual; e
 - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
- (d) limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 43,65% em 2016, conforme o Anexo I;
- (e) manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- (f) manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 36.879, de 17 de novembro de 2015;
- (g) encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- (h) divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O Distrito Federal não alcançou o compromisso (d). Por decorrência, a meta foi considerada não cumprida.

- vi) Meta nº 6: limitar as despesas com investimentos e inversões a 5,20% da receita líquida real anual. O Distrito Federal cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 4,58% da receita líquida real.

7. Considerando o disposto no art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e na cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Promessa de

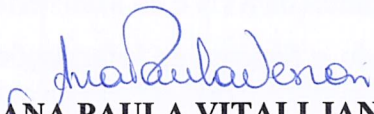
8

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99, firmado entre a União e o Distrito Federal ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento da meta 5, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Distrito Federal seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2016.

Respeitosamente,


ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional